



Anais da Assembléia

Nº 039

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE ABRIL DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Elío Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª
LEGISLATURA

ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 1997

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado
Luiz Carlos Zuk, secretariada
pelos Senhores Deputados Nelson
Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada
a presença dos seguintes Senhores
Deputados: Anibal Khury, Luiz
Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz
Carlos Martins, Nelson Garcia,
Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar
Traiano, Albanor Gomes, Ângelo
Vanhoni, Antonio Annibelli,
Augustinho Zucchi, Basílio
Zanusso, Beto Richa, Caíto
Quintana, Carlos Simões, César
Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton
Kielse, Duílio Genari, Durval
Amaral, Edno Guimarães, Edson
Lino, Eduardo Trevisan, Élio
Rusch, Emerson Nerone, Doutor
Rosinha, Geraldo Cartário,
Hidekazu Takayama, Horácio
Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi
Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria
Ferreira, José Tavares, Júlio
Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos
Alborghetti, Luiz Claudio
Romanelli, Marquinhos Alves,
Miltinho Puppio, Nelson Tureck,
Nereu Moura, Orlando Pessuti,
Péricles de Mello, Plauto Miró
Guimarães, Renato Adur, Reny
Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da
Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço,
Valdir Rossoni e Walmor Trentini
(54).

Verificada a existência de
número legal, o Senhor Presidente
declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Sob a proteção de Deus,
iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede
à leitura da Ata da sessão
anterior, a qual foi aprovada sem
observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede
à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente
subscreve, no uso de suas
atribuições regimentais e com
fundamento no disposto pelo artigo
187, § 4º do Regimento Interno,
REQUER, após ouvido o Plenário,
dispensa de discussão e votação da
redação final para o Projeto de
Lei nº 445/96, aprovado em 2ª
Discussão, constante da Ordem do
Dia da presente sessão, e não
sofreu emendas no curso de sua
tramitação.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 538

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente
subscreve, no uso de suas
prerrogativas regimentais, REQUER,
após ouvido o douto Plenário,
retirada por 10 (dez) sessões, do
item 02, 2ª Discussão, do Projeto
de Lei nº 291/96, de autoria do
Deputado Beto Richa, constante da
Ordem do Dia da presente sessão
ordinária (01.04).

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 539

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente
subscreve, no uso de suas
prerrogativas regimentais, REQUER,
após ouvido o douto Plenário,
retirada por 10 (dez) sessões, do
item 04, 1ª Discussão, do Projeto
de Lei nº 175/96, de autoria do

Deputado Marquinhos Alves,
constante da Ordem do Dia da
presente sessão ordinária (01.04).

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente
subscrive, no uso de suas
atribuições regimentais, REQUER,
após ouvido o Plenário, a retirada
de votação do Projeto de Lei nº
218/95 de autoria do Deputado
Emerson Nerone, por 05 (cinco)
sessões.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 543

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente
subscrevem, no uso de suas
atribuições regimentais, REQUEREM,
após ouvido o Plenário, que a
homenagem a ser prestada ao
Reverendíssimo Padre Gustavo
Henrique Pereira, em Sessão
Plenária, seja transformada em
Sessão Solene, a ser realizada em
29 de abril do corrente ano, às
15:00 horas.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(aa) RENATO ADUR

ORLANDO PESSUTI

ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 546

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente
subscrive, no uso de suas
atribuições, REQUER, após ouvido o
Plenário, que a Sessão do dia 23
de abril, quarta-feira, seja
transformada em sessão solene em
comemoração aos 50 anos da APP -
Associação dos Professores do
Paraná, agora transformada em
Sindicato. Sessão esta a ser
realizada logo após a Sessão
Ordinária.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

É justo que esta Casa dê o
espaço merecido para que esta
instituição que tem defendido os
interesses da educação paranaense
e contribuído para o avanço do
processo democrático.

REQUERIMENTO Nº 521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente
subscrive, no uso de suas
atribuições regimentais, REQUER,
após ouvido o douto Plenário, seja
registrado nos Anais desta egrégia
Casa de Leis, votos de profundo
pesar à família da Senhora
Disolina Calgarotto, pelo seu
falecimento, ocorrido hoje, 01 de
abril de 1997.

Do aprovado, requer ainda,
seja enviado cópia a família
enlutada.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Disolina Calgarotto,
72 anos, sogra do Prefeito
Municipal de Verê, Senhor Loivi
Ritter, era viúva do Senhor Olivo
Calgarotto, moradores em Verê.

Deixa 10 filhos, 22 netos e 10
bisnetos.

Pessoa muito querida no
município, de família tradicional
e de grande entrosamento com a
comunidade, fez muitos amigos,
deixando o exemplo de esposa e mãe
dedicada a todos que tiveram a
felicidade de conhecê-la.

REQUERIMENTO Nº 528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente
subscrive, no uso de suas
atribuições regimentais, REQUER à
Mesa, após ouvido o douto e
soberano Plenário, seja enviado
votos de pesar à família Sprada,
pelo trágico acontecimento do
falecimento do Senhor Ourides
Sprada, no Município de Irati.

Nascido no dia 17 de julho de
1950, filho de Estanislau Sprada e
Leopoldina Soares Sprada

(falecidos), natural da Cidade de Teixeira Soares, casado com a Senhora Izis Sprada, tiveram quatro filhos: Denilton César, Claudinci, Evelise Antonia e Irarusa. Sendo separado de sua esposa há mais de 13 anos, vivia atualmente com a Senhora Josélia Ribeiro Iurk.

Formou-se policial no ano de 1978, desempenhou sua função em Irati. Ao completar 10 anos de serviço, foi homenageado pela Corporação, pelo desempenho de sua função, recebendo Medalha de Bronze.

Tombou no cumprimento do dever.

A família enlutada, que Deus, na sua infinita bondade, dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 529

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família Robaskiewicz, pelo trágico acontecimento do falecimento do Senhor Antonio Robaskiewicz, no Município de Irati.

Nascido no dia 25 de março de 1960, filho de Antonio Robaskiewicz e de Emília Ronik Robaskiewicz, natural de Irati, casado com a Senhora Maria Elizabeth Sedoski Robaskiewicz, tiveram dois filhos: Ellon e Lucimara.

Formou-se policial na Cidade de Curitiba, no ano de 1991, no ano seguinte foi trabalhar na Cidade de Imbituva. Retornou a Irati no ano de 1994, para desempenhar sua função na sua terra natal.

Tombou no cumprimento do dever.

A família enlutada, que Deus, na sua infinita bondade, dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 523

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de congratulações, louvor e muito aplauso ao casal Edilson e Rosimeri Storti, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Prata". Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 524

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de congratulações, louvor e muito

antamente ao casal Maria Nátia e Getúlio Vaz, que completou 30 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Pérola". Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 525

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Cristo Rei, os quais solicitam policiamento ostensivo na Rua Fioravante Dalla Stella, tendo em vista a existência no local de desocupados e marginais que vêm causando medo e apreensão a todos, principalmente à noite.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 526

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da moradora da Rua Arapoti, 321 - Jardim Pedro Demeterco - Município de Pinhais, a qual solicita a implantação de serviço de entrega de correspondências no local.

Afirma-nos a Senhora Maria do Carmo da Silva, que esse local dispunha de tal serviço de entrega de correspondências, porém o mesmo foi extinto e as pessoas precisam se dirigir à Agência do Correio para apanhar as correspondências, o que lhes vem causando transtornos.

Informações complementares, se necessárias, podem ser obtidas com a requerente, pelo telefone 222-1060 (comercial).

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 530

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rafael Bernardo Delly, Secretário de Estado da Secretaria Especial da Política Habitacional - COHAPAR, solicitando a construção de 30 unidades habitacionais urbanas, no Município de Rebouças.

Trata-se de município recém criado, na sua primeira administração, sem infra-estrutura suficiente para atender à população, e necessita de especial atenção do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 531

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e

soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a conservação da estrada Inácio Martins-Pirapó (aproximadamente 10 quilômetros) - Programa Estradas Rurais - Caminhos da Educação.

A recuperação de estradas municipais constitui-se em meta prioritária dos municípios paranaenses, bem como do Governo do Estado, através de programa específico denominado de "Caminhos da Educação.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 532

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Pirineus, trecho entre a Rua Paranapanema e ponto final da linha de ônibus Jardim Irai, os quais pedem reparos e implantação de anti-pó no local.

Essa rua encontra-se intransitável, cheia de buracos e pelo motivo de ser trajeto de ônibus, ocorrem trepidações e rachaduras nas residências. A situação vem se agravando diariamente e necessita de providências urgentes.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 533

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de providenciar sinalização na

Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - CIC.

O pedido está sendo feito pela Senhora Solange Gonçalves de Oliveira, a qual afirma que o estado desta rodovia encontra-se precário, as faixas precisam ser pintadas, e faltam placas de sinalização. Informações complementares podem ser obtidas com a requerente, através do telefone 273-4441.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 534

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos usuários do ônibus Fazendinha-Almirante Tamandaré, os quais solicitam policiamento no horário da madrugada, nos finais de semana e feriados. O vandalismo vem aumentando muito e deixando todas as pessoas muito apreensivas e sem segurança.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 535

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Portão, os quais solicitam policiamento ostensivo na Rua Carmem Maito Stinglin, em um terreno localizado ao lado do Colégio Estadual Pedro Macedo.

Este terreno foi invadido por marginais e desocupados que ficam amedrontando os moradores, os quais encontram-se apreensivos que algum acontecimento mais grave venha a ocorrer.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 536

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Campo Pequeno, os quais solicitam a construção de uma ponte de concreto na Rua Pedro Dalazuana, próximo a Avenida Canal Belém, para a passagem dos pedestres.

A ponte deve ser construída em cima do Rio Belém, ligando o Bairro Campo Pequeno ao Jardim Cruzeiro. No local existia uma ponte de madeira, a qual caiu quando foi feita a dragagem do rio. Muitos pedestres utilizavam a ponte, principalmente crianças que moram no Bairro Campo Pequeno e estudam no Jardim Cruzeiro, motivo pelo qual os moradores estão fazendo o presente pedido.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 537

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de proceder a troca de lâmpadas dos postes existentes na Rua Carlos Drumond de Andrade.

Várias lâmpadas encontram-se queimadas e prejudicam a iluminação, principalmente no

horário em que os estudantes retornam às suas residências.

O pedido está sendo feito pelos moradores da Vila São Francisco, uma vez que muitos estudantes ali residem e encontram-se apreensivos.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 542

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cássio Taniguchi, Prefeito de Curitiba, solicitando o que segue:

- elaboração e execução de projeto integrado de manilhamento, para a comunidade Moradias Jamaica, localizado no Campo de Santana, Tatuquara.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O presente Requerimento objetiva a busca de solução definitiva para os problemas enfrentados pelos moradores do Moradias Jamaica, no que diz respeito a problemas de saneamento.

Procurado por lideranças dos moradores, que por várias oportunidades já procuraram as autoridades públicas do município e não encontraram solução aos graves problemas de meio ambiente existentes na região, visto que os próprios moradores, em oportunidades diversas, fazem a colocação de manilhas em frente de suas residências, por ausência de projetos públicos, não tendo assim o devido acompanhamento técnico, provocando problemas no escoamento de água, que vêm gerando problemas de saúde pública.

REQUERIMENTO Nº 527

Sanhar Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, na íntegra, a matéria em anexo, publicado no Jornal "Indústria & Comércio" de 01.04.97 (caderno Paraná, folha A5), relativa ao pedido que Dom Evaristo Arns fez para que o Senador Roberto Requião seja investigado.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) VALDIR ROSSONI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 125/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Liga de Engraxates Mirins de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem por objetivo discutir, elaborar e decidir sobre as ações para a formação moral e educacional e para a integração de seus membros junto à família.

Pela sua proposta de grande alcance social, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 126/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam proibidas a veiculação, através dos periódicos do Paraná, de classificados, mensagens ou propagandas de empresas que ofereçam serviços de massagens, saunas, acompanhantes, garotas de programa, de telefones para fins eróticos e outras atividades congêneres, que expressamente não identifique junto a direção do periódico, com cópias documentais:

I - o nome de fantasia da empresa e a sua razão social;

II - o endereço completo;

III - o número do Alvará de Licença;

IV - o número do Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 2º - As informações deverão ser mantidas em sigilo público, porém, deverão estar a disposição das autoridades policiais e judiciárias para fins de investigação ou ações no sentido do combate à prostituição, especialmente, infanto-juvenil.

Art. 3º - A empresa ou direção dos periódicos que descumprirem tal deliberação, sofrerão multa de 100 (cem) UFIR's, por propaganda veiculada sem esta identificação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Toda empresa séria e com propósitos lícitos não deve ter sua "cara" mostrada com o nome fantasia e citar apenas o número do telefone, deve proceder de forma transparente. Seus comunicados ou comerciais devem ser perfeitamente identificados para que não deixe dúvida que está com um trabalho profissional, ético e legal.

Muitas ligadas a prostituição infantil, se valem da camuflagem de um "slogan" e de um número de telefone para não serem identificados pela polícia e nem serem fiscalizados pelos órgãos municipais.

Os legisladores não querem acabar com os classificados, apenas enquadrá-los, para que possam responder por eventuais ilícitos penais.

PROJETO DE LEI Nº 127/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam obrigados os mercados, supermercados, hipermercados e estabelecimentos afins no Estado do Paraná, a receber "ticket alimentação" na compra de gêneros alimentícios.

Art. 2º - A compra com "ticket alimentação" é considerada compra à vista, portanto o consumidor deverá ter direito à promoções e descontos ofertados pelo estabelecimento comercial.

Art. 3º - Na compra efetuada com "ticket alimentação" não poderá ser inserido qualquer tipo de juros ou encargos de qualquer natureza.

Art. 4º - Poderão os estabelecimentos comerciais recusar o recebimento de algum tipo de "ticket alimentação", desde que esteja comprovado, judicialmente, pendências contra a instituição responsável pelo ressarcimento dos "tickets".

Art. 5º - A suspensão do recebimento de algum tipo de "ticket" será por prazo determinado, não superior a 30 (trinta) dias, prazo em que deverá ser solucionado o impasse que originou a sua suspensão.

Art. 6º - Fica autorizado o Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, regulamentar a presente lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a alimentação é uma necessidade básica do ser humano, considerando ainda, a existência da lei que instituiu o Programa de Alimentação do Trabalhador, adotado pela maioria das empresas, não se concebe que alguns estabelecimentos comerciais se neguem a receber "tickets alimentação", prejudicando o trabalhador.

Entendendo da necessidade de obrigar o comércio de alimentos a receber os "tickets", esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi,

constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo a instituir atendimento médico especial, gratuito, aos doadores contumazes de sangue, em casas hospitalares públicas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/96, de autoria do Deputado Beto Richa, que determina a divulgação de fotografias de crianças desaparecidas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 291/96.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pedimos a palavra, pela ordem, para um breve comunicado a esta Casa, e o faço em meu nome, na condição de Presidente do Bloco Agropecuário e em nome do Deputado

Augustinho Zucchi, Presidente da Comissão de Agricultura. Conforme anunciamos ontem, hoje às 11 horas, estivemos com o Secretário da Agricultura Hermas Brandão, acompanhado do Presidente da FAEP, Ágide Meneghete; do Presidente da OCEPAR, João Carlos; com representantes da FETAEP e da Seguradora Gralha Azul; com os representantes dos Engenheiros Agrônomos do Paraná; dos Médicos Veterinários, e tivemos a oportunidade de discutir com o Secretário e com sua assessoria, a implantação no Estado do Paraná, do Seguro Rural.

É um tema que estamos abordando nesta Casa, desde que aqui chegamos, em 1983, e que tivemos oportunidade, quando da elaboração da Constituição do nosso Estado, em 1989, destinar um capítulo que, de certa forma, direcionava para o assunto da agropecuária. Depois, tivemos a Lei Agrícola Estadual e, em cima de tudo isso, continuamos avançando na discussão da proposta de seguro agrícola.

Conforme já anunciamos aos Senhores Deputados, no ano passado tivemos um seminário na Assembléia e este seminário resultou num grupo de trabalho constituído por técnicos desta Casa e das demais entidades, que resultou num relatório que entregamos hoje ao Secretário, e dele solicitamos que, de imediato, se crie junto à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - dentro daquilo que estabelece a Lei Agrícola Estadual, dentro daquilo que estabelece o Conselho de Desenvolvimento Rural de Política Agrícola - uma Câmara Setorial do Seguro Rural.

Para que possamos manter acesa esta discussão, para que possamos debater ainda mais com Santa Catarina, com Rio Grande do Sul, com o Estado de São Paulo, para que possamos pressionar o

Congresso Nacional, no que diz respeito a tramitação de projetos que tratam do Seguro Rural e desta forma, conquistarmos o direito de termos, além do PROAGRO, que garante única e exclusivamente aquelas pessoas que vão em busca de financiamento bancário, garantirmos também outros produtores que atuam no setor rural do nosso Estado, nessa atividade - sem sombra de dúvida - de alto risco, que é a agricultura.

Portanto, lá estivemos em companhia do Deputado Augustinho Zucchi e das demais entidades já mencionadas, levando ao Secretário esta proposta, e tenho certeza que, se ainda nesta semana não ocorrer, com certeza na semana vindoura teremos a criação e a implementação no Estado do Paraná, da Câmara Setorial do Seguro Rural, perante a Secretaria da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Encerrada a questão de ordem do Deputado Orlando Pessuti.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 445/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 11.027, de 29.12.94, nele incluindo o Município de Agudos do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/95, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar procedimentos para a implantação e exploração comercial da Hidrovia Ivaí - Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.O.P.T.C.. COM EMENDA DA C.F.. EM

REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 54/95, de 22.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 175/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, visa autorizar o Governo do Estado a realizar procedimentos para a implantação e exploração comercial da Hidrovia Ivaí-Paraná.

Muito bem estruturada e justificada, a proposição em tela será de grande valia ao Governo do Estado para uma possível implantação e exploração comercial da Hidrovia Ivaí-Paraná, que temos a certeza que será de suma importância para o desenvolvimento do nosso Estado.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 175/95

P A R E C E R:

A proposição em tela autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar procedimentos para a implantação e exploração comercial da Hidrovia Ivaí-Paraná.

No mérito, como de competência desta Comissão, o projeto se justifica pelos benefícios a serem alcançados com sua concretização, entre os quais a economia de uso das rodovias, que com cargas excessivas pesadas causam desgastes, de difícil reparação, tendo vista descaso de governos; a possibilidade de transporte de cargas mais pesadas que as transportadas por rodovias e com evidente economia de combustíveis, lubrificantes, pneus e peças, além do desafogo do tráfego rodoviário.

Vale ressaltar que a proposta cria um novo eixo de integração das vastas áreas agriculturáveis, unidos Estados e países (Paraguai e Argentina) e possibilita melhor fertilização do solo, conforme estudo incluso do engenheiro Ayrton Cornelsen, Superintendente de Planejamento do Estado. Benefícios que viabilizam a proposição. Todavia, estranhamos que os evocados benefícios não sejam estendidos à população, pelo menos não há qualquer referência no texto, no sentido de possibilitar uma redução no custo final de produtos e mercadorias, hidrovia com transporte barato, "assentamento para mais de 50.000 famílias ou a elaboração de um programa de desenvolvimento micro-regional integrando toda área por ela polarizada", entre outros, conforme justificativa do superintendente estadual, Eng. Cornelsen, inclusa. De outro lado, pela dimensão da proposta e considerando tratar-se de bem público, convém um controle maior do Estado sobre a implantação e exploração comercial da hidrovia. Assim, formulamos a emenda anexa, a qual condicionamos nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.10.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 175/95

P A R E C E R:

Analisando o Projeto de Lei nº 175/95, de autoria do nobre Deputado Marquinhos Alves, que autoriza o Governo do Estado a realizar procedimentos para a implantação e exploração comercial da hidrovia Ivaí-Paraná e dá outras providências, bem como a Emenda Aditiva apresentada pela douta Comissão de Finanças, e na qual adiciona o seu parecer

favorável, e por ser um Projeto de Lei meramente autorizatório, contando também com o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, esta Douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, não encontrando nenhum impedimento tanto de natureza constitucional, regimento e legal que possa impedir a sua normal tramitação, e visto ser de grande alcance social e econômico, dá o seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
RENY BORSATTO - Relator

PROJETO DE LEI Nº 175/95

EMENDA ADITIVA

Acresce-se a proposição em epígrafe, os seguintes artigos:

Art. 4º - As exigências preconizadas no art. 3º desta lei são as constantes no art. 2º presente, bem como as normas de Direito Público, sendo que sobre a alínea "c", as normas constitucionais e administrativas regularão a relação Estado e particular, além das seguintes exigências:

I - Quem implantar e explorar comercialmente a hidrovia deverá oferecer condições, também via recursos econômico-financeiros, para criar, em forma de agrovilas, no mínimo 300 colônias com população de até 200 famílias cada uma; com infra-estrutura básica de saneamento, abastecimento de água potável e energia elétrica, de forma que o assentamento propicie condições de plantio de produtos agrícolas.

Art. 5º - O governo estadual deverá estudar uma forma de fiscalização ou outro meio, a fim de que a redução de custo

proporcionada para transporte de produtos e mercadorias, via hidrovia, seja repassada, pelo menos em 30% (trinta por cento) para o consumidor final.

1º - Estes estudos devem estar concluídos em até 90 (noventa) dias da implantação e início da exploração comercial da hidrovia, sob pena de inviabilizá-la.

2º - Ao finalizar os estudos referidos no parágrafo acima, o governo terá mais 90 (noventa) dias para viabilizá-lo.

Sala das Comissões, em 18.10.95.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 175/95.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/95, de autoria do Deputado Emerson Nerone, que dispõe sobre a instituição de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que empreguem pessoas com mais de quarenta (40) anos. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. E FAVORÁVEL DA C.F.. (Publ. no D.A. nº 70, de 14.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 218/95

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Deputado Emerson Nerone, tem por objetivo instituir incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que empreguem pessoas com mais de 40 (quarenta) anos.

Dispõe a Constituição Federal:

"Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, (...)

Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir:

I - imposto sobre:

a) transmissão 'causa mortis' e doação, de qualquer bens ou direitos;

b) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações iniciem no exterior;

c) propriedades de veículos automotores;

II - (...)

2ª - O imposto previsto no inciso I, 'b', atenderá ao seguinte:

(...)

XII - cabe à lei complementar:

(...)

g) regular a forma como, mediante a deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados."

Já a Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975:

"Art. 1º - As isenções do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.

Parágrafo Único - o disposto neste artigo também se aplica:

(...)

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - a quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto sobre Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;"

A Constituição do Estado do Paraná nos ensina:

"Art. 133 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

(...)

8º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas públicas decorrentes da concessão de quaisquer benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, pela administração pública estadual, detalhados de forma regionalizada e identificando os objetivos de tais concessões.

9º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, (...)"

Se o Estado continuar a conceder incentivos mediante redução da carga tributária, em breve não terá recursos para fazer frente aos seus programas sociais.

Em sua justificativa, argumenta o nobre Deputado, que no Estado de São Paulo já existe legislação a respeito.

Entretanto, o tema foi levado como proposição de convênio, em reunião do CONFAZ realizada em 04.04.95, sendo rejeitado pelos Estados de Sergipe, Paraná, Rondônia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraíba, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Goiás, Ceará, Tocantins, Rio Grande do Norte. Os Estados

Acre, Roraima, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso e Piauí abstiveram-se de votar.

Vale ressaltar que basta apenas um voto em contrário de um Estado, para que a proposta não seja acolhida. Trata-se de matéria já discutida pelo CONFAZ e que certamente será rejeitada novamente.

Versa especificamente o projeto de lei sobre incentivo e isenção, portanto, compete à Lei Complementar dispor sobre o assunto. Também, o projeto de lei fere o princípio da isonomia insculpido na Carta Magna (art. 5º, da CF). O projeto de lei também fere o orçamento estadual, que é de competência do Poder Executivo (art. 133, CE). A lei orçamentária anual não dispôs sobre o assunto, sendo incabível a pretensão.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão, entendeu que a presente é INCONSTITUCIONAL, encontrando óbice à sua tramitação nesta Casa de Leis (art. 5º, art. 155, da CF, art. 133, # 8º e 9º da CE e LC 24/75).

Nosso parecer, é CONTRÁRIO, opinando-se pelo arquivamento do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 01.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 218/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Emerson Nerone, dispõe sobre a instituição de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que empregam pessoas com mais de 40 (quarenta) anos.

Passando o projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, para análise sob o

aspecto constitucional e legal da matéria, recebeu parecer contrário.

Esta Comissão, no entanto, ao proceder a análise unicamente sob o aspecto financeiro, conforme determina o Art. 33, § 3º, do Regimento Interno desta Casa, não encontrou nada que pudesse impedir a normal tramitação do presente projeto de lei.

Pelo acima exposto, opinamos favoravelmente pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.06.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk).

- Pela ordem, concedo a palavra ao ilustre Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem)

- Gostaria de retirar o projeto por quatro sessões.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Em votação o Requerimento, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 218/95.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/95, de autoria do Deputado Péricles Mello, que autoriza o Poder Executivo a implantar o serviço social junto a rede de ensino estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.E.C.E.. (Publ. no D.A. nº 112, de 12.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 353/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Péricles

de Holleben Mello, tem por objeto autorizar o Poder Executivo a implantar o Serviço Social em estabelecimentos escolares pertencentes à Rede de Ensino Estadual, conforme específica.

Embora trate-se de proposição que visa criar atribuições na esfera do Poder Executivo, há que se considerar, inicialmente, que se trata de medida meramente autorizatória. Em segundo plano, não se pode deixar de reconhecer o alto significativo da matéria tratada, pelas razões a seguir explicitadas.

Inúmeras são as disposições constitucionais que estabelecem, de forma imperativa, a obrigatoriedade do ensino, pelo Poder Público. Assim, a Magna Carta Federal, em seus artigos 205 e 206 determinam, respectivamente, que "a educação é direito de todos...", que o ensino será ministrado com base no princípio: "I - da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola...". A Carta Estadual segue na esteira dos ditames traçados pela Lei Maior. A própria Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, estabelece em seu art. 20, que o Ensino de 1º Grau é obrigatório dos 07 aos 14 anos...

Diante do exposto e considerando o alarmante número de evasão escolar que vem ocorrendo nos mencionados níveis de ensino, segundo afirmação do nobre autor do projeto, em sua justificativa, só nos anos de 1992 e 1993, 216.060 alunos abandonaram a escola, por razões desconhecidas, logo, se acolhido, o projeto concretizará valioso instrumento para detectar e inibir tais evasões.

Nestas condições e considerando tratar-se de medida autorizatória, como referido anteriormente, não vemos óbices

que possam impedir sua normal tramitação, sendo, portanto, nosso parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 353/95

P A R E C E R:

O projeto de lei do Deputado Péricles de Holleben Mello, visa autorizar o Poder Executivo a implantar o Serviço Social na Rede de Ensino Estadual.

Por reconhecer tratar-se de projeto que solicita apenas autorização, e nada tendo de contrário, somos de parecer favorável ao normal andamento do projeto.

Sala das Comissões, em 16.10.95.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
MILTINHO PUPPIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 353/95

P A R E C E R:

O projeto de lei de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a implantar o Serviço Social junto à Rede de Ensino Estadual.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão, entendeu que o presente merece o seu prosseguimento nesta Casa de Leis, não encontrando óbice à sua tramitação.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09.11.95.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Concedo a palavra ao autor do projeto.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este projeto não é uma idéia minha, pelo contrário, existem estudos científicos comprovados em várias universidades, e é um estudo feito pela Universidade de Londrina, por alguns Professores, que mostra claramente a importância da implantação do Serviço Social na escola. A escola vista num sentido integral, como centro de cidadania, e assistente social, um profissional habilitado para conhecer os problemas de um determinado ângulo dos alunos, das famílias dos alunos. A implantação do Serviço Social na escola significa, sem dúvida nenhuma, a melhoria da qualidade da escola e a diminuição da evasão escolar.

Entendemos que este projeto será aprovado por todos os Deputados, entendemos também que o Governador saberá sancionar o projeto, na medida em que é um projeto autorizatório e que ele vai implantar na medida em que houver recursos, existir recursos no Estado e trazer um grande bem para a educação pública no Paraná.

Por isso, peço a aprovação desse projeto a todos os Deputados, e espero também a sanção pelo Governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Em discussão o projeto.

Em votação.

Aprovado.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que cria um pólo da indústria têxtil e da confecção do Paraná, liderado pelo Município de Maringá, com objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a indústria têxtil e de confecções da região. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.,

C.F. E C.A.I.C.. **Aprovado**, inclusive com o voto do ilustre Deputado Edno Guimarães. (Publ. no D.A. nº 127/95, de 02.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 388/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo criar um "Polo da Indústria Têxtil e da Confecção do Paraná", liderado pelo Município de Maringá, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a indústria têxtil e de confecções da região.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 388/95

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão de Finanças o projeto de lei supra marginado, de autoria do nobre Deputado Joel Coimbra, que tem por objetivo criar um Pólo da Indústria Têxtil e de Confecção do Paraná, liderado pelo Município de Maringá, visando implementar, profissionalizar e desenvolver a indústria têxtil e de confecções da região.

Tendo sido submetido à análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, na vislumbramos nenhum óbice quanto à sua tramitação nesta Casa.

Assim, opinamos favoravelmente ao presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 388/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo criar um "Pólo da Indústria Têxtil e de Confecção do Paraná", liderado pelo Município de Maringá, com objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a indústria têxtil e de confecções da região.

Tendo sido submetido à análise da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, o referido projeto recebeu pareceres favoráveis.

Diante da análise do projeto em tela, esta comissão constatou que trata-se de assunto de relevada importância para o desenvolvimento sócio-econômico de Maringá e região, não encontrando nada que obste a sua normal tramitação, nesta Casa de Leis.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.96.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Sobre a mesa, Requerimento nº 527, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado**.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Antes, por solicitação do

ilustre Deputado Ademar Traiano, é com satisfação que a Mesa Executiva se associa pela presença de Cleverson Dalavale - Vereador de Capitão Leônidas Marques - que nesta tarde nos honra com a sua presença em nosso recinto.

Concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Vamos dar o devido encaminhamento ao Requerimento do Deputado Valdir Rossoni e, com aquiescência da Presidência desta Casa, gostaríamos de fazer a leitura de um expediente publicado no Jornal "Indústria & Comércio" do dia de hoje, com o seguinte teor (Lê):

"Dom Evaristo Arns pede que Requião seja investigado"

SÃO PAULO (AJB) - O cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, sugeriu ontem 'uma CPI para Requião'. Foi no final da missa de Páscoa anual celebrada no pavilhão dos doentes infecciosos do Hospital Emílio Ribas, onde, durante o sermão, o cardeal pediu 'paz para São Paulo'.

Dom Paulo citou 'a opinião do político mais sério que conheço, o governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner'. 'Continuo achando que deveriam investigar quem está investigando'. Como o cardeal nasceu em Santa Catarina, ele poderia estar se referindo ao senador Vilson Kleinubing (PFL). Mas dom Paulo explicitou: 'Nasci em Santa Catarina mas fui criado no Paraná, tenho sete irmãos lá e conheço este assunto. Eu me refiro ao relator da Comissão, Roberto Requião'.

Campeão em direitos humanos, reserva cívica e consciência moral do País desde a ditadura, dom Paulo Evaristo Arns tem um espaço respeitado no noticiário

brasileiro e costuma fazer bom uso dele sempre que acha necessário. Em geral, ele chama a imprensa quando deseja se manifestar, raras vezes se deixar assaltar por ela.

Mas sem pessimismo. Durante a missa rezada para aidéticos em geral, muitos terminais, o cardeal arcebispo lembrou que a Páscoa significa vida nova. 'É por isso que gosto de vir aqui, dizer que daqui a pouquinhos vocês serão chamados, isto aqui é a terra do sofrimento, mas logo logo teremos a terra da felicidade'. Depois, baixinho: 'nunca vi um doente terminal recusar minha mensagem de esperança, espero isso para mim também'. Amanhã, dom Paulo, 75 anos, está sendo submetido a uma nova operação de catarata que vai deixá-lo recolhido durante 60 dias. No limite da idade para apresentar renúncia ao cargo de arcebispo, ele foi obrigado a pedir a sua substituição mas a resposta só virá no final das férias no Vaticano, em setembro. 'Mas não vou sair, vou ficar na Arquidiocese de São Paulo fazendo só o que gosto'. Uma dessas coisas é a resistência.

Por isso falou novamente em Pitta. Durante a missa onde cantou e foi fotografado, dom Paulo citou a comunidade criada pelos jesuítas junto com índios e negros, 'onde não existia diferença de raça, todos tinham a cor dos anjos'. No final da missa lembrou o padre Batista, negro, cantor, unificador de 150 grupos de negros. 'Ele morreu dizendo que os negros ainda sofrem demais neste País'. E agradeceu ao Hospital que curou uma de suas 'filhas', missionária em Moçambique, que contraiu um tipo de malária dos mais violentos.

Depois, confirmou seu protesto contra o cerco da CPI a Celso Pitta. 'É só ele que está na berlinda? Ninguém fala de outros prefeitos, do chefe dele (Paulo

Maior - PPRP em Protesto. Rm:
Tudo indica que haja preconceito,
que haja racismo porque este
prefeito é um homem de cor'."

Estas foram as palavras ditas
por este respeitabilíssimo homem
que o Brasil e o mundo aprendeu a
respeitar.

Queríamos, nesta oportunidade,
Senhor Presidente e Senhores
Deputados, registrar a referência
que fez a este que consideramos um
dos grandes estadistas deste País,
o nosso Governador Jaime Lerner.
Quando o faz, através deste
artigo, uma consideração das mais
respeitável ao Governador que os
paranaenses aprenderam a admirar,
e que com certeza os brasileiros
de outros Estados orgulham-se
quando ouvem falar deste eminente
homem público, que não só o
Brasil, mas o mundo inteiro
aprendeu a respeitar, que é o
Governador Jaime Lerner. Este
Governador que, com certeza, este
maquiavélico Senador Roberto
Requião "Ferreirinha" de Mello e
Silva, tenta atacá-lo em todos os
momentos, e de forma especial
nesta CPI do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Antes de conceder a palavra,
pela ordem, ao Deputado Orlando
Pessuti, é com satisfação que, em
nome do Líder do PTB - Deputado
Luiz Carlos Alborghetti, do
Município de Londrina - anunciamos
que encontra-se em nosso meio, na
convivência dos Senhores
Deputados, o Presidente da Câmara
Municipal daquela cidade, o Major
Alberto, que conosco divide a
amizade do povo londrinense.

Concedo a palavra ao Deputado
Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor
Presidente Luiz Carlos Zuk,
Senhor Primeiro Secretário, Senhor

Sacunda Secretaria.
Deputados.

Gostaria que o Deputado Ademar
Traiano pudesse nos oferecer, na
seqüência - até para que não
precisemos pedir cópia das notas
taquigráficas - uma cópia deste
artigo que fala que Dom Evaristo
Arns exige, pede, investigação
acerca de Roberto Requião.
Gostaria de ter a cópia, porque
como católico que sou - talvez não
tão praticante, mas crente a Deus
- sempre tive na figura de Dom
Evaristo Arns um valizador da
nossa conduta, não só religiosa,
mas também política, porque
aprendi a ver Dom Paulo Evaristo
Arns ao lado de figuras notáveis
deste País, e vou citar apenas
duas, já de saudosa memória, como
Tancredo Neves, como Ulysses
Guimarães, lutando.

Não, ao lado de Jaime Lerner
confesso que nunca o vi, nas lutas
pelas eleições diretas neste País,
pela redemocratização, pela
anistia, pela liberdade de
imprensa.

Quando conheci e comecei a
admirar Dom Paulo Evaristo Arns,
foi no tempo em que imperava ainda
o regime militar no País, e que
Dom Paulo Evaristo Arns saía às
ruas e ousava colocar no papel o
seu pensamento a respeito daquilo
que aconteceu ano País, ao lado de
tantas personalidades - e citei
apenas duas, até em respeito à
memória, já que falecidos
lamentavelmente já são para este
País.

E dizer que, de tudo aquilo
que pude ouvir do Deputado
Traiano, o que mais me entristece,
é saber que Dom Paulo Evaristo
Arns vai ter que deixar a
Arquidiocese de São Paulo.
Realmente uma coisa lamentável,
porque uma personalidade como
esta, uma pessoa que foi destaque
neste País, ter que deixar o
comando de uma Arquidiocese como a

de São Paulo, realmente, entristece.

Os demais comentários não me fazem maior preocupação na cabeça, porque percebemos que eles vem nutridos por um sentimento de rivalidade política, um sentimento quem sabe até de vingança pessoal em relação a um também estadista Senador da República, ex-Governador do Estado, ex-Prefeito e ex-Deputado Estadual como nós, o Senador Roberto Requião de Mello e Silva - o "Ferreirinha" é por conta do Deputado Ademar Traiano.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Pela ordem, a palavra - já cedida - ao ilustre autor do Requerimento, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

- São pelos motivos já ditos pelo Deputado Traiano e também ditos pelo Deputado Pessuti, que fizemos o Requerimento, por saber que Dom Evaristo Arns sempre se acompanhou de pessoas ilustres deste País, e quando vemos Dom Evaristo Arns tecendo a seguinte consideração: "A opinião do político mais sério que conheço, o Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner".

Por isso é que fizemos o Requerimento: para ficar escrito nos Anais desta Casa, transcritos nos Anais desta Casa, porque achamos esta nota e esse posicionamento de Dom Evaristo Arns digno de respeito de todos os paranaenses.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Gostaria de deixar registrado aqui, neste instante, a minha contestação com relação ao que acabei de ouvir, primeiramente pelo fato de ser um católico praticante e por conhecer - mesmo à distância - a figura de Dom

Paulo Evaristo e de me colocar hoje, como católico, como cristão mais propriamente dito, de não entender, pela primeira vez, a figura de Dom Evaristo - que indicado foi, inclusive, para ser o sucessor de Sua Santidade, o Papa - de expressar desta forma, através da imprensa, com relação a um ser humano, a um cidadão, independente de ser político ou não.

É a primeira vez que isto vem a público, de minha parte é a primeira vez que tomo conhecimento. E, como cristão e como homem público, hoje, por não concordar e por não aceitar, principalmente da forma como foi colocada no final pelo Deputado Ademar Traiano, quero, com o maior respeito ao Líder do Governo, dizer de viva voz, que vou votar contra um simples Requerimento que fica registrado nos Anais da Casa aqui.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem)

- Senhor Presidente, desejamos também aqui colocar, assim como o Deputado Pessuti, que a nossa admiração por Dom Paulo Evaristo Arns já vem de longa data. Lembro também dos períodos em que acabei conhecendo um pouco da vida pública - na minha infância ainda, já que sou de 1967, sou nascido junto com o AI-5 - mas nas defesas e nas lutas, e desde que me conheço por gente sei que há pessoas que estiveram de um lado da trincheira, e há outros que junto com o regime militar governaram este País - entre eles o ex-Prefeito de Curitiba, hoje Governador de Curitiba, Governador Jaime Lerner, Governador da Região Metropolitana.

Deputado Ademar Traiano, os grandes homens, os grandes pensadores, também na sua humanidade pecam e erram, e é exatamente isso a celebração da Páscoa, a possibilidade da

radiação a partir da atômica extremamente superior. E nessa possibilidade do erro, temos absoluta certeza de que mal informado sobre a sua opinião expressou-se Dom Paulo Evaristo Arns.

Nós, do Estado do Paraná - e convido o Deputado Orlando Pessuti, o Deputado Toti Colaço, todos os Deputados desta Casa, católicos ou militantes de uma política mais séria e mais digna do que esse homem que governa o Estado - poderíamos colocar num ofício todas as considerações da Assembléia, ou dos Deputados do Paraná, Deputados de Oposição, sobre as nossas dúvidas. E, Senhor Presidente, dizer de forma clara para Dom Paulo Evaristo Arns que a nossa dúvida com relação ao BANESTADO e todas essas declarações do Senador Requião e da Oposição deste Estado, é extremamente simples. Os senhores que estão aqui hoje, prestigiando esta sessão, para entender de forma muito simples: o Paraná briga por empréstimos internacionais há muito tempo, e diz que não há dinheiro para a agricultura. No entanto, compramos 270.000.000 de dólares, 270.000.000 de reais de títulos dos Estados de Alagoas, Pernambuco e de Santa Catarina. Compramos, numa tarde só, 100.000.000 de reais do Estado de Alagoas, o bom dinheiro do Estado do Paraná, adquirido, aliás, pela venda das ações - ou pela caução das ações - de debêntures da nossa Companhia de Energia Elétrica, a COPEL, uma companhia historicamente séria e bem administrada. Estas vendas das ações da COPEL proporcionou uma sobra de caixa de 270.000.000 de dólares que o Governador e os homens do BANESTADO rapidamente repassaram para Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco.

Talvez, aí sim, esta manifestação deste homem de Deus,

Dom Paulo Evaristo Arns, como uma benesse para os Estados de Pernambuco e Alagoas que estão à míngua, buscando qualquer trocado para seus cofres. Por isso lançaram títulos na maior falcatura do sistema financeiro até hoje revelada, neste País. Não a maior, a maior revelada.

Portanto, Dom Paulo deve desconhecer, completamente estes fatos, e conhecendo suas opiniões históricas, sabemos que, uma vez esclarecido, ele também vai perguntar para aquele que ele ainda hoje acha sério, o Governador do Estado, porque que é que o Banco do Estado, por que o seu Governo comprou 270.000.000 de reais em títulos podres, títulos que não dão retorno algum, num "esquemaço" onde, de manhã, os títulos foram vendidos a 70 centavos, e à tarde foram comprados, pelo BANESTADO, a 92 centavos; a partir de um esquema revelado pela CPI dos Precatórios?

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

- Senhor Presidente, o encaminhamento do ilustre Deputado Nerone não é objeto do meu Requerimento.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, apenas para concluir: vamos mandar um ofício da Dom Paulo Evaristo esclarecendo isso, e ao mesmo tempo dizendo que os grandes homens também erram, como foi o caso, por desconhecimento, opinando sobre um assunto que ele não domina.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem)

- Senhor Presidente, acho que, da mesma forma que o Deputado Traiano teve o direito de ler um documento, um texto de jornal, posso me posicionar sobre o assunto.

Acho que a Bancada do Governo, a melhor coisa eu tem a fazer, é

ficar quieta quando se fala de CPI. Não falar nada, é a melhor coisa. Acho que toda vez que os Deputados da situação tentam falar em CPI é um desastre.

Estamos hoje lançando um jornal, Senhor Presidente, o Partido dos Trabalhadores, e vou apenas ler algumas questões, que serão uma introdução para chegar ao ponto de interesse: "o Senhor Solano ligou para o gabinete do Secretário de Esportes e Turismo 37 vezes; para a BANESTADO Leasing 81 vezes; a o BANESTADO, Diretoria de Crédito Imobiliário 36 vezes; para o BANESTADO, Diretoria Financeira 30 vezes"; e assim por diante. Então, acho que o Governador Jaime Lerner tem a oportunidade histórica de mostrar - não apenas ao Paraná, mas ao Brasil - que é um governante honesto e um político sério, que investigue as falcaturas absurdas que estão destruindo uma instituição séria do Paraná, que é o BANESTADO!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Encerrada a discussão.

O Requerimento está em votação.

Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI -

Queria, Senhor Presidente, que o senhor registrasse o meu voto favorável a que se transcreva nos Anais, porque na minha avaliação, tudo o que é público e que é relevante deve constar nos Anais desta Casa.

Por isso, ao contrário de alguns aqui, voto a favor da transcrição nos Anais, desta nota.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Temos voto contrário do ilustre Deputado Toti Colaço, que se manifestou contra a transcrição nos Anais da Casa.

Verificação feita e já aprovada.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

- Senhor Presidente, só encaminhei o Requerimento porque são considerações de uma terceira pessoa, não da pessoa interessada, como era o Requerimento de outro dia, daquela nota do Senador Roberto Requião. Aquela era o próprio que escrevia e não merecia ser transcrito nos Anais desta Casa.

(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Requerimento nº 543, de autoria dos Senhores Deputados Renato Adur, Orlando Pessuti e Antonio Annibelli, constante do expediente.

Aprovado o Requerimento e transformada a Sessão Plenária, do dia 29 de abril, em Sessão Solene, que será realizada às 15:00 horas, nesse recinto, logo após a Sessão Ordinária.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, pediria a tolerância desta Presidência, para fazer um comunicado da maior importância a esta Casa. Acabei de receber cópia do ofício que o Governador Jaime Lerner enviou ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que estava julgando representação de minha autoria, que pedia a paralisação da obra que a COPEL está realizando sem o procedimento licitatório na subestação que vai servir a indústria Renault.

E Sua Excelência, o Governador Jaime Lerner - eu pedira para registrar nos Anais, Senhor Presidente - envia o seguinte ofício (Lê):

"Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que nesta data, determinei a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, o cancelamento do contrato

nº 3.866, de 14 de janeiro de 1997, entre a COPEL e a INEPAR, tendo como objeto a contratação de transformadores para o Distrito Industrial de São José dos Pinhais, bem como a realização de procedimento licitatório, no prazo de até 30 dias."

Quem assina é o Governador Jaime Lerner. Fico, Senhor Presidente, muito satisfeito com a postura do Governador Jaime Lerner, que ao contrário de seus auxiliares, que tentaram encobrir uma grave irregularidade, tomou providências e determinou a suspensão desse contrato e a feitura do procedimento licitatório.

Está correto e fica registrado este ato do Governador, que é elogiável.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

- Quero dizer ao ilustre Deputado Romanelli, que levarei as palavras ditas por ele ao Governador. E são por essas atitudes, que Dom Paulo Evaristo Arns teceu essas considerações. Cada vez mais admiro o Governador Jaime Lerner.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

- Tenho um comunicado a fazer à Mesa, mas só para corroborar com a intenção do Deputado Líder do Governo, Valdir Rossoni, gostaria que a Assembleia Legislativa enviasse ao Dom Paulo Evaristo Arns, esse ofício mandado pelo Governador ao Tribunal de Contas, para que, para Dom Paulo ficasse confirmado a visão de homem sério que tem do Governador Jaime Lerner, porque realmente é uma atitude que devemos louvar, em que pese que o Deputado Romanelli esteja correto.

Em todas as tentativas que tivemos aqui para alertar das irregularidades do contrato da INEPAR com a COPEL, a Bancada de

Situação obstruiu os encaminhamentos necessários.

Mas, quero fazer um comunicado à Mesa, Senhor Presidente. Agora, na quinta-feira, a CPI do Senado Federal decidiu pela convocação dos representantes dos Bancos para depor no Senado Federal. Estará presente o Banco BRADESCO, o Banco Boa Vista, o Max Divisa e os representantes do Banco do Estado do Paraná.

Foram convocados oficialmente pela CPI, o Presidente do Banco, Domingos Ramalho e os ex-Presidente do BANESTADO Leasing, atual Secretário de Esportes e Turismo, Osvaldo Magalhães dos Santos.

Estou comunicando à Mesa que devo ir à Brasília para, como estou enfrontado, estou acompanhando as discussões relativas ao Banco do Estado do Paraná, devo acompanhar esses depoimentos lá na CPI do Senado Federal.

Era isso, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Perfeitamente anotado.

Requerimentos nºs 523 a 526, 532 a 537, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 546, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem)

- Depois dessa manifestação de Dom Paulo Evaristo Arns e o comportamento de Jaime Lerner, seria interessante que os Deputados aprovassem os nosso Requerimentos, para que também Dom Paulo falar bem deles, já que eles só votam em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Irmã Maria Antônia) - Requerimentos nº 528 a 531, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 542, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 517, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 521, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 541, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 353 e 388/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADO A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO VALDIR ROSSONI, EM SESSÃO DO DIA 01 DE ABRIL DE 1997.

"Dom Evaristo Arns pede que Requião seja investigado"

Jornal Indústria & Comércio

SÃO PAULO (AP) - O cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, sugeriu ontem 'uma CPI para Requião'. Foi no final da missa de Páscoa anual celebrada no pavilhão dos doentes infecciosos do Hospital Emílio Ribas, onde, durante o sermão, o cardeal pediu 'paz para São Paulo'.

Dom Paulo citou 'a opinião do político mais sério que conheço, o governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner'. 'Continuo achando que deveriam investigar quem está investigando'. Como o cardeal nasceu em Santa Catarina, ele poderia estar se referindo ao senador Vilson Kleinubing (PFL). Mas dom Paulo explicitou: 'Nasci em Santa Catarina mas fui criado no Paraná, tenho sete irmãos lá e conheço este assunto. Eu me refiro ao relator da Comissão, Roberto Requião'.

Campeão em direitos humanos, reserva 'cívica e consciência moral do País desde a ditadura, dom Paulo Evaristo Arns tem um espaço respeitado no noticiário brasileiro e costuma fazer bom uso dele sempre que acha necessário. Em geral, ele chama a imprensa quando deseja se manifestar, raras vezes se deixar assaltar por ela.

Mas sem pessimismo. Durante a missa rezada para aidéticos em geral, muitos terminais, o cardeal arcebispo lembrou que a Páscoa significa vida nova. 'É por isso que gosto de vir aqui, dizer que daqui a pouquinhos vocês serão chamados, isto aqui é a terra do sofrimento, mas logo logo teremos a terra da felicidade'. Depois, baixinho: 'nunca vi um doente terminal recusar minha mensagem de esperança, espero isso para mim também'. Amanhã, dom Paulo, 75 anos, está sendo submetido a uma nova operação de catarata que vai deixá-lo recolhido durante 60 dias. No limite da idade para apresentar renúncia ao cargo de arcebispo, ele foi obrigado a

pedir a sua substituição mas a resposta só virá no final das férias no Vaticano, em setembro. 'Mas não vou sair, vou ficar na Arquidiocese de São Paulo fazendo só o que gosto'. Uma dessas coisas é a resistência.

Por isso falou novamente em Pitta. Durante a missa onde cantou e foi fotografado, dom Paulo citou a comunidade criada pelos jesuítas junto com índios e negros, 'onde não existia diferença de raça, todos tinham a cor dos anjos'. No final da missa lembrou o padre Batista, negro, cantor, unificador de 150 grupos de negros. 'Ele

morreu dizendo que os negros ainda sofrem demais neste País'. E agradeceu ao Hospital que curou uma de suas 'filhas', missionária em Moçambique, que contraiu um tipo de malária dos mais violentos.

Depois, confirmou seu protesto contra o cerco da CPI a Celso Pitta. 'É só ele que está na berlinda? Ninguém fala de outros prefeitos, do chefe dele (Paulo Maluf - PPB)? Eu protesto, sim. Tudo indica que haja preconceito, que haja racismo porque este prefeito é um homem de cor'."